



**EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024**

**Proc. Adm. nº 3676/2024**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO PÚBLICO (BENS INSERVÍVEIS)**

**RECORRENTE: JOÃO EMÍLIO DE OLIVIERA FILHO**

**RECORRENTE: HELCIO KRONBERG**

**RECORRIDO: PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA NETO**

**I – DA TEMPESTIVIDADE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

A interposição de Recurso Administrativo pelas Recorrentes está em conformidade com os requisitos de Admissibilidade, Legitimidade da Parte, Tempestividade, Interesse Recursal e Forma, disposto no item 10 do Edital de Pregão Eletrônico nº 075/2024.

Verifica-se também a tempestividade da peça ora apresentada, motivo pelo qual, entende-se que o Recurso impetrado deve ser conhecido.

Ademais, resta comprovado que prazo igual tiveram as demais empresas interessadas para apresentar suas Contrarrazões, em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, perpetrado pelo Art.º 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, todavia, apenas o fornecedor PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA NETO apresentou manifestação.

**II – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE.**

Em um resumo sintetizado, as Recorrentes alegam que o licitante vencedor de momento, deixou de apresentar um ou mais documentos e/ou os apresentou em desacordo com o instrumento convocatório, conforme considerações em suas razões de recurso.

Alegam ainda que o critério de desempate utilizado no certame não é aplicável inobstante previsão editalícia.

Por fim, alegam que o prazo concedido ao vencedor para a apresentação da CND Municipal de Dívida Ativa não possui previsão legal.

**III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA.**

Em suas contrarrazões, a Recorrida informa atender na íntegra às exigências do Edital, conforme ponderado no referido documento.

**IV – DO JULGAMENTO E DECISÃO**

Em consideração ao direito de petição, constitucionalmente resguardado, passa-se a análise dos fatos ventilados na intenção de recurso manifestado na sessão de julgamento datada de 26/11/2024.

Cumprе destacar, por oportuno, que o PREGOEIRO realizou o julgamento do procedimento licitatório de acordo com os parâmetros delineados no edital e conforme as exigências de documentos e disposições previstas no ato convocatório, bem como observou os Princípios Constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e os Princípios Específicos (Competitividade, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Procedimento Formal e Julgamento Objetivo).

Vejamos ponto a ponto as alegações:

No que tange a Certidões de Regularidade Fiscal Municipal, informamos que as CND's apresentadas pelo fornecedor, ora recorrido, atendem na íntegra as exigências do instrumento convocatório pelos motivos mencionados nas contrarrazões apresentadas pelo mesmo, conforme segue:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**OBSERVAÇÕES**

I - No caso de apontar apenas notas de débito ou, concomitantemente, processos relativos, exclusivamente, a créditos tributários em situação fiscal regular, a presente certidão terá efeitos de Negativa se complementada por certidão da Procuradoria da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro informando que as notas de débito se encontram regularizadas.

II - No caso de indicar, concomitantemente, a existência de nota de débito e processo relativo a crédito tributário com situação fiscal positiva, ainda que complementada por Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, a presente certidão continuará a ter efeitos de Certidão Positiva.

III - A Certidão Positiva será sempre expedida na hipótese de existência de pelo menos uma das seguintes situações:

No Item I, quando a certidão apontar apenas notas de débitos, (...) a presente certidão terá efeitos de Negativa se complementada por Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro que as notas de débito se encontram regularizadas.

Com relação a Certidão de Insolvência Civil, constatou-se que o fornecedor apresentou certidão que regulamenta a insolvência civil na sede do licitante (conf. art. 69 da Lei 14.133/2021).

Sobre o critério de desempate utilizado na sessão em epígrafe, informamos que o mesmo possui previsão legal na Nova Lei de Licitações (Art. 60, inciso II, 14.133/21) bem como no Instrumento convocatório (item 7.27.2). Sobre a aplicabilidade do mesmo, informa-se que, na oportunidade, a Comissão efetuou diligência junto à Secretaria de Administração afim de obter informações sobre os participantes que se encontravam em situação de empate, onde identificou-se que um dos fornecedores (PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA NETO), já havia prestado serviços de leiloeiro a este município e que o mesmo prestou os referidos serviços a contento, conforme avaliado pela secretaria requisitante, portanto sendo este escolhido em detrimento aos demais.

Por fim, sobre o questionamento referente ao prazo concedido ao vencedor para apresentar a CND Municipal de Dívida Ativa regular, cabe salientar que tal decisão é pautada na observância dos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade nos procedimentos licitatórios, conforme entendimento consolidado do TCU, inclusive, mencionado pelo recorrido em suas contrarrazões.

Face ao exposto, o PREGOEIRO ratifica os termos constantes da ata de julgamento referente ao processo administrativo 3676/2024 (EDITAL PE 075/2024), mantendo a decisão que foi proferida em 26/11/2024 na sua totalidade com a respectiva classificação da proposta e habilitação do licitante classificado em 1º lugar, e da declaração de vencedor do certame o fornecedor PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA NETO.

À consideração da Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista ser sua a competência recursal, observados o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e o de Segregação de Funções, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/21.

Sumidouro, 12 de dezembro de 2024.

**Thiago Bandeira de Gouvêa Marques**  
**Pregoeiro**

RATIFICO nos termos artigo 165, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

**Eliésio Peres da Silva**  
**Prefeito Municipal**